

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO NA IMPLANTAÇÃO DO ACAMPAMENTO TERRA E LIBERDADE, PARAUAPEBAS, PA

SOLIDARITY ECONOMY AND SELF-MANAGEMENT IN THE IMPLEMENTATION THE CAMPAMENTO TERRA E LIBERDADE, PARAUAPEBAS, PA

Ariel Medrado Barros¹
Maria José Souza Barbosa²
Louise Ferreira Rosal³

Área Temática 02: Cooperativismo, Economia Solidária e Gestão de Empreendimentos
Modalidade: Artigo Científico

Resumo

Este artigo discute a importância da economia solidária e da autogestão para a implementação de novos assentamentos rurais na Amazônia, a partir da análise da ocupação Terra e Liberdade, em Parauapebas, no Sudeste paraense, reconhecida atualmente como a maior ocupação da história do MST, com mais de 5 mil famílias. Para tanto, o trabalho objetivou compreender como mecanismos de economia solidária e autogestão são fundamentais para a sobrevivência e autonomia desses territórios em luta pela reforma agrária popular. A metodologia combinou pesquisa bibliográfica com um estudo de caso qualitativo, incluindo uma imersão de dois dias na comunidade mediada por ferramentas metodológicas como a observação participante, conversas informais com moradores e lideranças, além de registro em caderno de campo, a fim de explorar dinâmicas sociais, econômicas e organizacionais. Os principais resultados demonstram que as experiências de trabalho e organização coletiva, como a formação de Núcleos de Base, a produção em lotes coletivos e a priorização da educação, na escola do acampamento, são pilares essenciais. Essas práticas, que se contrapõem às lógicas capitalistas hegemônicas, evidenciam a capacidade de auto-organização, a resiliência e a solidariedade, em que a colaboração transcende a mera produção, abrangendo o bem-estar e a sustentabilidade social, como ilustrado pelos mutirões para infraestrutura e pelas doações de molho de pimenta para a comercialização, que superaram a meta de um litro por nb. Conclui-se que a economia solidária e a autogestão representam um modo de vida transformador, ao promover a reconstrução de laços sociais, a inclusão e a consolidação de um território pautado por princípios de cooperação e justiça social, demonstrando o potencial de um paradigma alternativo que prioriza a dignidade humana.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável, Autonomia, Sudeste paraense.

Abstract

This article investigates the importance of the solidarity economy and self-management for the implementation of new rural settlements in the Amazon, focusing on the Terra e Liberdade occupation, in Parauapebas, in the southeast of Pará, the largest occupation in the history of the MST with more than 5 thousand families. The general objective was to understand how solidarity economy and self-management mechanisms are fundamental for the survival and autonomy of these territories fighting for popular agrarian reform. The methodology combined bibliographical research with a qualitative case

¹ IFPA; arielmedrado@gmail.com

² IFPA; mjsbufpa@gmail.com

³ IFPA; louise.rosal@ifpa.edu.br

study, including a two-day immersion in the community for participant observation, conversations with residents and leaders, and recording in a field notebook, exploring social, economic and organizational dynamics. The main results demonstrate that work experiences and collective organization, such as the formation of Base Nuclei, production in collective batches, and the prioritization of education at the camp school, are essential pillars. These practices, which oppose hegemonic capitalist logics, highlight the capacity for self-organization, resilience and solidarity, where collaboration transcends mere production, encompassing well-being and social sustainability, as illustrated by the collective efforts for infrastructure and the donations of pepper sauce, which exceeded expectations. The conclusion is that the solidarity economy and self-management represent a transformative way of life, which promotes the reconstruction of social ties, the inclusion and consolidation of a territory guided by principles of cooperation and social justice, demonstrating the potential of an alternative paradigm that prioritizes human dignity.

Key words: Sustainable Development, Autonomy, Southeast Pará.

1. Introdução

A democratização do uso da terra é um tema central, ao se discutir o desenvolvimento territorial na Amazônia, especialmente, no Sudeste paraense, uma região caracterizada marcadamente pela concentração de grandes latifúndios nas mãos de poucos, em detrimento de muitas famílias sem-terra. Historicamente, o modelo de desenvolvimento concebido pelos governos da ditadura civil-militar para a Amazônia foi pautado na grande propriedade rural e na transferência massiva de recursos públicos a inúmeros latifundiários (Pereira, 2013).

Nesse contexto, a reforma agrária emerge como a principal bandeira para a democratização do uso da terra. Contudo, é fundamental questionar qual tipo de reforma agrária se busca e de que maneira ela pode ser implementada. Partindo dessa reflexão, movimentos sociais populares, como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) definem a reforma agrária popular como sua bandeira de luta. A proposta do MST para a reforma agrária popular enraíza-se na tradição camponesa, contrapondo-se ao projeto de modernização capitalista que abrange hegemonicamente a totalidade das relações sociais, considerando as contradições entre campo e cidade, e privilegiando o trabalhador rural (Bastos, 2018).

Atualmente, a principal ferramenta para a reforma agrária reside na criação de projetos de assentamentos rurais. No entanto, esses assentamentos, em geral, não são estabelecidos por uma disponibilização voluntária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pelo contrário, são conquistas resultantes de um processo intenso de luta e mobilização social que, via de regra, ocorrem em áreas ocupadas inicialmente pelas famílias,

após um cuidadoso mapeamento de terras improdutivas ou devolutas. Somente após essa ocupação e uma forte articulação coletiva, há o reconhecimento oficial do INCRA, como área voltada à reforma agrária, permitindo o acesso aos primeiros direitos e incentivos. Portanto, o trabalho coletivo é indispensável para a própria sobrevivência e consolidação dessas experiências.

Neste artigo, procura-se mostrar a experiência de economia solidária realizada em uma área de ocupação, o Acampamento Terra e Liberdade, do MST, localizada no município de Parauapebas, Sudeste paraense, conhecida como uma ocupação que, segundo relatos das direções do movimento, se constitui como a maior da história do MST, abrigando atualmente mais de cinco mil famílias. A manutenção da organicidade e unidade desse território, com vasto contingente de famílias representa um desafio complexo.

Essa complexidade só é superável por meio da aplicação de metodologias de participação social, mobilização e organização coletiva do MST acumulada desde sua fundação, além de uma busca constante por formação e capacitação de suas lideranças. Tais metodologias estabelecem um diálogo direto com os conceitos de economia solidária e autogestão, visando garantir a autonomia do território e de seus atores, gerando, assim, redes sociais dinâmicas que visam um processo de transformação da sociedade e de sua capacidade de mobilização, sustentado por práticas de economia solidária, portanto, por meio de redes de cooperação e confiança (Braz; Cardoso, 2013).

Para alcançar processos de desenvolvimento local, que seja realmente sustentável, é necessário pensar que sustentabilidade está sendo pautada, e que não tem a ver apenas com a biologia, a economia e a ecologia, mas com a relação que se mantém com nós mesmos, com os outros e com a natureza (Gadotti, 2008). Nesse sentido, torna-se importante compreender e promover a ideia de economia solidária e autogestão, bem como, na organização dessas comunidades como as vinculadas aos movimentos sociais como o MST, que por serem enraizadas em nível nacional, conseguem enriquecer o debate, trazendo experiências de diversas localidades e conjunturas.

Caldart (2020) aponta que o MST possui na coletividade em movimento sua matriz pedagógica, a qual confere sentido a cada ação, estrutura ou sujeito que compõem seu cotidiano, o que Bastos (2018) complementa ao tratar da proposta sustentável do MST, que se traduz na

produção de alimentos saudáveis, com matriz agroecológica, em contraposição ao modelo do agronegócio.

Assim, essa contraposição vai além da escala produtiva, exigindo o desenvolvimento de ferramentas que, efetivamente, promovam a autonomia das populações, evidenciando que o trabalho coletivo é, talvez, a única alternativa para o agricultor familiar se fortalecer e, conseqüentemente, sua comunidade e seu território.

Desta forma, o presente artigo busca compreender como os mecanismos de economia solidária e autogestão na implantação do acampamento Terra e Liberdade.

2. Metodologia

Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica complementada por levantamento de caráter exploratório, sob abordagem qualitativa, no Acampamento Terra e Liberdade (Parauapebas-PA). Nesta localidade, procurou-se apreender qual a importância da economia solidária e autogestão para o desenvolvimento socioeconômico de um novo assentamento rural. Para isso, em princípio, buscou-se explorar conceitos e, ao mesmo tempo, cotejá-los com a experiência vivenciada neste espaço particular, a fim de entender os desafios da economia solidária e autogestão nesse tipo de território agrário no contexto brasileiro.

A visita de dois dias ao acampamento, portanto, de caráter exploratório, como dito anteriormente, permitiu a coleta de dados primários, por meio de conversas informais, com moradores e lideranças, além da observação participante em combinação com anotação em caderno de campo. Estas escolhas metodológicas permitiram compreender em caráter aproximativo as dinâmicas sociais, econômicas e organizacionais do referido acampamento, que se encontra com 4000 casas já construídas e pouco mais de 5000 famílias cadastradas, algumas delas em processo de construção de suas casas.

Durante a vivência no território, pode-se entender a escola enquanto o espaço central de formação e de realização de encontros coletivos como as assembleias do acampamento, que visam a tomada de ações coletivas em relação às atividades a serem realizadas pelos acampados. Foi viabilizada uma conversa com os coordenadores da escola, além da participação em uma reunião geral em que se discutia a produção do acampamento, e, também, a visitação de 7 dos 12 distritos do acampamento. A divisão do território foi organizada pelos próprios acampados. Diante o exposto, mesmo que por uma curta imersão, foi possível registrar

e, simultaneamente, compreender um pouco os métodos produtivos organizados de modo coletivo e individual. Na ilustração a seguir, é possível observar um pouco do tamanho do acampamento, a partir da vista de um morro próximo.

Ilustração 1- Vista Panorâmica do Acampamento Terra e Liberdade



Fonte: Autores (2025).

A etapa de levantamento bibliográfico foi crucial para a fundamentação teórica desta pesquisa, aproveitando o embasamento adquirido nas disciplinas do doutorado profissional. Expandindo essa base, realizou-se uma busca por novas bibliografias, com foco em temas centrais para o estudo do desenvolvimento rural na Amazônia: cooperativismo, associativismo, movimentos sociais, economia solidária, sociobiodiversidade e redes de saberes tradicionais e comunitários.

Os dados bibliográficos e empíricos foram analisados qualitativamente, a fim de criar uma visão do todo, relativa às potencialidades, limites e contribuições da economia solidária e da autogestão para a sustentabilidade e autonomia dos novos assentamentos rurais.

3. Resultados/Discussões

Durante o período de imersão no acampamento Terra e Liberdade foi possível observar um repertório de experiências de trabalho e organização coletiva intrinsecamente enraizadas no cotidiano dos moradores, que permitiu estabelecer um diálogo direto com as lideranças do acampamento na organização dos princípios e fundamentos da economia solidária. Notavelmente, a análise revelou a presença de arranjos produtivos inovadores e sistemas de troca, baseados na reciprocidade e na colaboração mútua, os quais se contrapõem a partir de lógicas críticas às formas de organização da produção sob as estruturas organizacionais capitalistas hegemônicas.

A organização das cinco mil famílias está distribuída em 11 distritos, os quais funcionam como se fossem bairros. Cada distrito subdivide as famílias em aproximadamente 10 grupos de trabalho, denominados Núcleos de Base (NBs), com uma média de 50 famílias, que assumem tarefas coletivas essenciais para a manutenção e organização deste território. Entre elas, reuniões semanais para resolução colaborativa de problemas, bem como, para definição dos próximos passos, até a realização de mutirões voltados à construção de barracões e de processos de cultivo e colheita dos produtos oriundos do plantio.

Um elemento de economia solidária observado é que cada NB possui dois lotes coletivos: um destinado ao barracão de reuniões e eventos, assim como outro para as produções coletivas. Nesses lotes de produção, cada grupo escolhe um tipo de cultura para focar, sendo a mandioca e o milho as opções predominantes. No entanto, um dos distritos optou pelo cultivo de arroz, pois a produção desse grão, na região, é limitada devido à dificuldade de beneficiamento.

Ilustração 2A- Placa do Lote de Produção



Fonte: Autores (2025).

Ilustração 2B- Lote coletivo de produção



Fonte: Autores (2025).

Nesse contexto, a economia solidária é uma prática que busca se diferenciar do processo de organização da forma de produção capitalista, visando atender parâmetros do desenvolvimento sustentável e socialmente justo. Contudo, como ressalta Gaiger (2003), essa nova forma social de produção se dá de maneira contraditória, na medida em que coexiste com a economia capitalista, não configurando como novo, em termos de um novo modo de produção, embora se constitua sob uma contradição essencial a economia hegemônica do capital.

Ao abordar o tema do trabalho coletivo é crucial destacar que as atividades, embora frequentemente invisibilizadas, são essenciais para a autonomia do território visitado, onde foi possível considerar as redes sociais de economia solidária ali estabelecidas sobre processo de cooperação e intercooperação. Um exemplo emblemático dessa realidade, é a organização da escola do acampamento, pois, conforme ressaltado por um dos coordenadores do MST, que acompanha o acampamento, esta foi a primeira medida implementada coletivamente enquanto prática realizada em qualquer ocupação do movimento, tendo em vista que a criação de uma escola na comunidade é essencial para a formação de sujeitos com uma visão sustentada por pressupostos coletivistas.

Portanto, este ato visa iniciar um processo formativo abrangente, que não se restringe apenas às crianças, mas engloba jovens e adultos, para além do ensino formal, pois ali são pensadas as estratégias de formação sob a perspectiva da educação popular e visão crítica à

educação bancária, como apontava Paulo Freire, garantindo que todos os envolvidos na luta compreendam os ideais pelos quais estão engajados (Freire, 2011).

A escola, nesse contexto, transcende sua função pedagógica tradicional, tornando-se um espaço de engajamento cívico, de reflexão crítica e de planejamento coletivo. Ao investir na educação, a comunidade fortalece suas bases para a autogestão, empoderando os indivíduos, para que se tornem agentes ativos na construção de um futuro mais justo e equitativo, em consonância com os princípios da economia solidária e da soberania territorial.

Essa priorização da educação reflete a compreensão profunda da necessidade de formação para a autonomia e a sustentabilidade da comunidade, visto que uma concepção autônoma e autogestionária não se constrói apenas por meio da produção material, mas também pela formação política e social de seus membros. Essa visão de mundo ampliada possibilita o entendimento da educação como força motriz das transformações sociais, desde que sustentada por princípios de solidariedade, cooperação e reciprocidade, a fim de contribuir para humanizar o modo de vida desalienado, uma escola voltada para a construção de um devir pautado pela igualdade (Gadotti, 2008).

Ilustração 3 – Escola do Acampamento



Fonte: Autores (2025).

Esta imagem mostra a escola, de forma bastante singular. Observa-se o formato das salas, sob arquitetura circular, mesmo possuindo outras em formatos retangulares

convencionais, esta escola traz a circularidade nos espaços como uma representação simbólica e física de que não se trata de uma instituição de ensino tradicional.

Destaca-se que todos os professores do acampamento ministram cursos de forma voluntária e conseguem manter turmas que abrangem desde a creche até o ensino fundamental II (sexto ao nono ano), além de três turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Os coordenadores do MST informaram que o próximo grande objetivo deles é iniciar os círculos de cultura, que para Loureiro e Franco (2012), nesta metodologia, pensada por Paulo Freire, o diálogo é assumido como “provocação”, intencionado, como movimento para frente, visando integrar ainda mais aspectos da educação popular ao território, a fim de aprofundar temas fundamentais, como o da economia solidária. O Círculo de Cultura propõe uma prática pedagógica revolucionária, em que a diretividade do processo converge para o desvelamento das intencionalidades atribuídas ao saber na problematização de suas finalidades (Loureiro;Franco, 2012).

Assim, mais do que uma forma de organizar o trabalho e a produção, a economia solidária é entendida como modo de vida, pautado por princípios como a cooperação, a solidariedade, a igualdade, a autogestão e o respeito ao meio ambiente. Tal proposta se diferencia da realidade da sociedade centrada no mercado, justamente em função dos seus princípios e valores (Magno *et al.*, 2022)

Essa abordagem coloca o ser humano, sua dignidade e bem-estar, no centro da atividade socioeconômica e cultural, distinguindo-se da lógica capitalista, que foca no *homo economicus* e, portanto, no lucro obtido a partir da exploração do trabalhador. Nesse sentido, Gaiger (2003) ressalta que a economia solidária resgata lutas históricas dos trabalhadores e representa uma esperança na construção de um novo paradigma para os excluídos, buscando superar a precariedade, promover a inclusão social e o desenvolvimento comprometido com os trabalhadores.

Logo, a escola desempenha um papel central na formação e manutenção do processo do acampamento, devido a sua proposta de formação continuada no território, enquanto elemento de sensibilização dos acampados sobre essas outras formas de ver o mundo.

Conforme Monje-Reyes (2011), o desenvolvimento da economia solidária tem sido impulsionado pelo surgimento de novas formas de gestão, em especial, a gestão social, assim como, mencionado na economia, tem sido crítica às formas de gestão dominantes. O que a

escola no território demonstra, é que as práticas de economia solidária envolvem uma mudança cultural, que só a formação centrada nos sujeitos pode estabelecer, pois representa uma prática pedagógica fortemente ligada à necessidade de formação cultural (Gadotti, 2009).

Percebeu-se que todas as formas de organização propostas pelo MST no território são sustentadas por métodos de trabalho coletivo, desde a formação de NB's, a divisão de tarefas, ao funcionamento da escola, a construções de mutirões para construção de casas e barracões, até mesmo o setor de saúde existente de maneira voluntária no território, todas iniciativas se distinguem da pedagogia dominante que forma os sujeitos na perspectiva do individualismo possessivo e da meritocracia.

Para que haja uma transformação produtiva efetiva, em um determinado território à exemplo do Terra e Liberdade, é primordial que ocorra uma transformação nos corações e mentes da comunidade. Isso consiste em lançar as bases de um modo de produção com outros princípios, claramente diferentes daqueles que exploram os trabalhadores, que visam maximizar as taxas de lucro e onde a natureza é vista apenas como um insumo para a produção de riqueza, como praticado desde a Revolução industrial e acirrada na atual fase do capitalismo sob a concepção neoliberal (Monje-Reyes, 2011).

Durante a vivência no acampamento terra e Liberdade, foi possível observar, de forma destacada, em conversas com os moradores, que muitos não eram camponeses ou agricultores familiares, tampouco conheciam os métodos e a organicidade dos movimentos sociais, em particular do MST. Eram pessoas que estavam na periferia da cidade Parauapebas, nas mais diversas realidades, mas que partilhavam em comum o sonho de ter um lugar para chamar de seu, muitos desempregados há um tempo, ou empregados em trabalhos de alta exploração, e aqueles que trabalham há anos na zona rural em grandes fazendas, mas nunca tiveram a oportunidade de ter uma terra própria para trabalhar.

Houve, inicialmente, uma surpresa, e tudo lhes parecia muito diferente do que estavam acostumados. No entanto, aos poucos, foram compreendendo a ideia, por meio de muitas formações e conversas, até que os métodos organizativos do acampamento pudessem ser entendidos sob a base do diálogo no território. A trilha percorrida por eles os levou a experimentarem o que Braz e Cardoso (2013) enfatizam sobre a solidariedade, ou seja, que em primeiro lugar, cria-se um fato e depois um valor, a fim de supor uma dependência recíproca que se opõe à caridade, visto ser concebida como um dever unilateral.

Assim, ressalta-se que houve nesse acampamento uma série de ações coletivas, como nos foi informado pelos coordenadores do acampamento, a fim de criar uma vivência cooperativa, como se observou nos dois dias de experiência. A coletividade está imprimida na estruturação da escola e foi testemunhada no segundo dia da experiência de campo, quando quatro novas salas de aula foram construídas, para tanto, pessoas de todos os NBs estiveram presentes para participar da construção.

Ilustração 4 – Equipe de infraestrutura do mutirão para construção de salas de aula na escola



Fonte: Autores (2025).

O mutirão para a construção das novas salas de aula contou com a mobilização de duas equipes distintas, mas complementares: a primeira era constituída pela equipe responsável pela infraestrutura do acampamento, composta por representantes da equipe de infraestrutura de cada Núcleo de Base (NB) e distrito. Essa organização demonstra a capilaridade da estrutura de trabalho coletivo, garantindo que o conhecimento e a força de trabalho sejam distribuídos de modo coordenado e eficiente, assim como, mantém o contato com as diferentes células da comunidade.

A segunda equipe estava responsável pela cozinha, que é mobilizada quando há atividades coletivas de grande porte, como os mutirões. Essa equipe garante refeição de qualidade para todos os participantes. O cuidado mútuo e a solidariedade são fundamentais no

cotidiano do acampamento, e a alimentação é vista não apenas como uma necessidade básica, mas como um elemento de união e fortalecimento dos laços comunitários.

A presença de uma equipe dedicada à alimentação em eventos coletivos demonstra como a organização interna transcende as tarefas diretamente ligadas exclusivamente à produção ou infraestrutura, pois abrange o bem-estar e a sustentabilidade social dos envolvidos nas atividades coletivas.

Ilustração 5 – Equipe da cozinha do mutirão para construção das salas da escola



Fonte: Autores (2025).

Outra atividade coletiva digna de destaque, ainda no contexto da escola, foi a preparação de uma leira para a produção de hortaliças, por cada Núcleo de Base (NB), ao redor da instituição. Essa iniciativa foi concebida para garantir o fornecimento de alimentos para os estudantes e educadores, que visa garantir a soberania alimentar no ambiente escolar. Tal prática não apenas complementa a dieta dos alunos, mas também serve como um laboratório vivo de aprendizado sobre cultivo, nutrição e sustentabilidade.

A criação dessas hortas coletivas no entorno da escola é um exemplo concreto de como a comunidade articula suas ações para promover o bem-estar e a autonomia. Para Gadotti (2009), a economia solidária revela uma mudança profunda de valores e princípios que orientam

o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável. A ilustração a seguir mostra algumas das leiras que estavam sendo preparadas.

Ilustração 6 – Horta comunitária.



Fonte: Autores (2025).

Ao integrar a produção de alimentos diretamente ao espaço educacional, o acampamento reforça a importância da segurança alimentar como pilar da vida comunitária e da economia solidária. Além disso, a participação dos NBs nesse projeto demonstra a interconexão das atividades dentro do território, onde cada ação, por menor que seja, contribui para o fortalecimento do coletivo e para a materialização dos princípios de cooperação e autogestão.

Por fim, uma atividade coletiva de grande interesse foi a reunião do setor de produção do acampamento, composto por dois representantes de cada NB. Nessa ocasião, foi apresentado o encaminhamento da reunião anterior: a doação de, no mínimo, 1 litro de molho de pimenta por NB. O objetivo dessa arrecadação era gerar renda para a compra de materiais destinados à construção de um galpão coletivo para o próprio setor de produção do acampamento. A ilustração a seguir mostra o momento da reunião.

Figura 7– Reunião do setor de produção



Fonte: Autores (2025).

Essa iniciativa foi caracterizada pela clareza do objetivo e da maneira como as metas foram traçadas coletivamente, o que resultou em desfechos inspiradores, pois embora a tarefa fosse a confecção de 1 litro de molho de pimenta por NB, muitos Núcleos de Base, compreendendo a demanda e a importância do projeto, doaram mais do que o combinado. Alguns entregaram 2 litros e outros, até mesmo, 5 litros de molho de pimenta, sem esperar qualquer benefício individual adicional por essa contribuição extra.

Os resultados desta imersão reforçam a compreensão de que as experiências de economia solidária e autogestão, observadas no acampamento, vão além de meros arranjos produtivos. Elas representam um modo de vida que desafia as lógicas capitalistas dominantes, na medida em que a capacidade de auto-organização, de priorização da educação popular e da resiliência demonstradas na superação de desafios, como a adaptação de métodos produtivos e a autogestão de recursos para infraestrutura e alimentação, evidenciam um sistema socioeconômico vibrante e autônomo.

Tais práticas, ao invés de serem vistas como exceções isoladas, são compreendidas como manifestações concretas de um paradigma alternativo, que coloca a dignidade humana e

a colaboração no centro das relações socioeconômicas e culturais, conforme concebido por Gaiger (2003) e Monje-Reyes (2011).

De acordo com Magno *et al.* (2022), a economia solidária é uma estratégia para o desenvolvimento local, pois permite em sua estrutura e metodologia ações de fomento e geração de trabalho e renda, qualidade de vida, valorização das potencialidades locais, articulação entre os atores envolvidos de forma democrática e socialmente justa.

A análise das diversas atividades coletivas, desde a organização dos Núcleos de Base e suas produções, passam pela centralidade da escola, como espaço de formação integral, a alcançam as iniciativas de soberania alimentar e arrecadação de fundos. Esse repertório de ações e decisões demonstra a complexidade e a profundidade da autogestão em contextos de movimentos sociais, mesmo quando muitos avanços se fazem necessários nesse território, inclusive, no processo formativo em economia solidária. Ainda assim, a experiência de campo demonstrou o potencial transformador da economia solidária, não apenas na esfera produtiva, mas na reconstrução de laços sociais, na promoção da inclusão e na consolidação de um território pautado por princípios de cooperação e justiça social.

4. Considerações Finais

A imersão no acampamento Terra e Liberdade revelou um cenário pulsante de economia solidária e da autogestão, as quais transcendem a organização voltada exclusivamente à produção, a fim de se consolidar como verdadeiro modo de vida característico da prática social do MST. As experiências de trabalho e de organização coletiva foram observadas, desde os arranjos produtivos e sistemas de troca, baseados na reciprocidade, até a complexa estrutura dos Núcleos de Base, demonstrando a capacidade organizativa do MST em construir alternativas à lógica hegemônica das organizações produtivas capitalistas, que operam visando exclusivamente a lucratividade do capital.

A autogestão observada a partir da realização de diferentes tarefas do cotidiano, vão desde a construção de infraestrutura até a alimentação coletiva, que sublinham a resiliência e a inventividade desses processos autônomos, tendo na centralidade a educação dos acampados, que é um pilar fundamental da autonomia autogestionária.

A escola, que se constitui como a primeira iniciativa das ocupações, não se limita ao ensino formal, mas abrange as dimensões política, econômica e social das crianças, jovens e

adultos, com processos de formação voltados à constituição de habilidades necessárias à compreensão das lutas e dos princípios que os movem.

A presença de professores voluntários e a busca por formação, via círculos de cultura, além da iniciativa das hortas coletivas para garantir a soberania alimentar da escola, são exemplos de como a educação pode ser integrada à vida comunitária, a fim de promover o engajamento cívico e reflexões críticas que possam fortalecer as bases da autogestão.

Essa abordagem educacional diferenciada demonstra a consciência de transformação produtiva de um território que passa, primeiramente, pela transformação dos corações e mentes de sua comunidade. Em suma, a experiência do acampamento aponta para o potencial transformador da economia solidária e da autogestão, que dependem de atividades coletivas como os mutirões de construção e de arrecadação de recursos para projetos comunitários, ao mesmo tempo, exemplificam a solidariedade, enquanto manifestação não apenas de um valor abstrato, mas como uma prática cotidiana que gera resultados concretos.

A capacidade de articular o trabalho coletivo, a educação e a organização social em prol de um objetivo comum, portanto, como modo de vida baseado na cooperação, igualdade e respeito ao meio ambiente, sinalizam a emergência de um paradigma socioeconômico que ofereça esperança e um novo horizonte para os trabalhadores. Outrossim, são legados que representam as lutas históricas e cotidianas que pavimentam o caminho para o desenvolvimento comprometido com o bem-estar coletivo.

5. Agradecimentos

Agradecemos todo o aprendizado adquirido durante a vivência no território Terra e Liberdade no breve convívio com cada trabalhador e trabalhadora, que dispôs de um pouco de seu tempo para conversar, demonstrar o cotidiano do território, e nos enriquecer de esperança e alegria.

O sorriso e o olhar de cada pessoa ali presente demonstram, apesar de todas as dificuldades, a esperança em um mundo melhor; que a reforma agrária é urgente e necessária; e que as pessoas merecem uma vida digna. Essas mesmas pessoas reafirmam algo que não podemos perder de vista enquanto pesquisadores ao falarmos sobre economia solidária, agroecologia e agricultura familiar, ou seja, que não estamos falando apenas de números, sistemas produtivos, lucro, valores econômicos, e coisas afins, precisamos lembrar que estamos

trabalhando com pessoas, suas subjetividades, seus sonhos, suas esperanças, suas mentes e seus corações.

Agradecemos também, ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), por sua luta e resistência, e mesmo com todas as dificuldades, não descansam enquanto houver pessoas sem terra e trabalhadores sem direitos. “MST, A LUTA É PRA VALER”

6. Referências Bibliográficas

BASTOS, Pablo Nabanete. Desafios políticos e dialógicos ao projeto de reforma agrária popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura, v. 20, n. 1, p. 220-235, 2018.

BRAZ, Célia Lúcia do Rosário; CARDOSO, Onésimo Oliveira. Economia solidária e redes sociais: antigos fenômenos, novas feições. Organizações em Contexto, São Bernardo do Campo, v. 9, n. 17, p. 59-77, jan.-jun. 2013

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra : escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

DOS REIS PEREIRA, A.; FREIRE MONTYSUMA, M. F. Lutando por terra: migração, acampamentos e ocupações de terras na Amazônia paraense. Dialogos, v. 28, n. 2, p. 107-128, 13 maio 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. In: Cadernos de Economia Solidária. Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 1, p. 7-23, 2003.

GADOTTI, Moacir. Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável / Moacir Gadotti. — São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, Moacir. Economia Solidária como práxis pedagógica. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; FRANCO, Jussara Botelho. Aspectos teóricos e metodológicos do Círculo de Cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em educação ambiental. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 17, n. 1, p. 11-28, jan./jun. 2012.

MONJE-REYES, Pablo. Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta em práctica. In: Polis Revista Latinoamericana. Santiago, v. 10, n. 28, p. 285-304, 2011.

SOUZA DO CARMO MAGNO, Thaissa; ALBUQUERQUE VASCONCELLOS, Ana Maria; NOGUEIRA BARROS, Jones; ARROYO, João Cláudio Tupinambá. Economia solidária como estratégia para o desenvolvimento local. P2P E INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 2, p. 15–34, 2022. DOI: 10.21721/p2p.2022v8n2.p15-34. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5924>. Acesso em: 22 maio. 2025.

